

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei n.º 9.610, de 19/02/1998. Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida por quaisquer meios: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros sem prévia autorização por escrito da editora.

Muito cuidado e atenção foram dedicados à edição deste livro, no entanto a metodologia utilizada, citações e referências bibliográficas dos textos são de inteira responsabilidade dos autores.

*Título*

Diversidade e estética em Marx e Engels

*Editor*

Edson de Carvalho

*Conselho Editorial de Serviço Social:*

Yolanda Guerra

Jussara Maria Mendes

Maurílio Matos

Rosane Martins

Edvânia Ângela de Souza Lourenço

*Coordenador Editorial*

Antonio Deusivam de Oliveira

*Capa e Projeto Gráfico*

Kelli Costa

adaGeisa Rodrigues

*Preparação e revisão de texto*

Lyvia Felix

A grafia deste livro segue o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Dados Internacionais de catalogação na publicação (CIP)

Diversidade e estética em Marx e Engels / organizado por Idília, Fernandes e Jane Cruz Prates ; prefácio de Maria Lúcia Martinelli. - Campinas : Papel Social, 2016.

Inclui Bibliografia

ISBN 978-85-65540-22-3

1. Serviço social 2. Sociologia 3. Filosofia 4. Marxismo 5. Classes sociais I. Fernandes, Idília II. Prates, Jane Cruz III. Martinelli, Maria Lúcia

Índice para catálogo sistemático:

1. Serviço Social 361

16-0149

CDD 361



**Papel Social**

www.editorapapelsocial.com.br | editoria.editorapapelsocial@gmail.com  
Rua Antonio Bertoni Garcia, 634 - Jd. Von Zuben  
CEP: 13044-650 - Campinas - SP | 11-9 8300 9086 | 19-3276-9859



# Diversidade e Estética em Marx e Engels

\_\_\_\_\_: ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_: ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MUNDO NEGRO. "Seus pelos lá de baixo devem ser duros como os da sua cabeça", diz dono de restaurante à professora negra da USP. Disponível em: <<http://www.mundonegro.inf.br/porta/2013/11/seus-pelos-la-debaixo-devem-ser-duros-como-os-da-sua-cabeça-diz-dono-de-restaurante-a-professora-negra-da-usp/>>. Acesso em: 26 nov. 2013.

OLIVARES, Rosa. "Por uma abordagem revolucionária da questão sexual". In: GODINHO, Tatau; VINTEUIL, Frédérique; OLIVARES, Rosa (orgs.). *Marxismo e Feminismo*. São Paulo: Aparte, 1989 (Cadernos Democracia Socialista).

SCOTT, Joan Wallach. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 71-99, jul./dez. 1995.

SILVEIRA, Maria Lídia Souza da Silveira. "Algumas notas sobre a temática da subjetividade no âmbito do marxismo". *Revista Outubro*, n. 7, 103-113, 2002.

ULLMANN, Reinhold. *Amor e Sexo na Grécia Antiga*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007 (Coleção Filosofia 194).

## Artigo 5

### *A Pesquisa Social a Partir do Paradigma Dialético-Crítico: do Projeto à Análise do Dado*

Jane Cruz Prates

#### Introdução

Adensar conhecimentos sobre a pesquisa social cada vez mais se constitui em tarefa fundamental do Serviço Social, na medida em que não é possível propor intervenções consistentes que não se pautem em uma análise crítica da realidade e dos contextos nos quais se inserem sujeitos, grupos, instituições e sociedades. Sua relevância foi reconhecida pelo conjunto da categoria, que atribui à pesquisa uma importância fundamental no âmbito da formação e da competência profissional, o que está claramente explicitado e destacado pelo Documento ABEPSS, que orienta a formação profissional (ABEPSS, 1996).

Nós nos propomos, portanto, a tematizar, sob a forma de uma síntese didática, as etapas que constituem um estudo e mais especificamente o processo de planejamento da pesquisa, desde a escolha do tema à análise dos dados, à luz da teoria crítica.

Iniciamos o movimento de reflexão questionando-nos por que pesquisamos?

Investigamos para responder a indagações que nos são postas pela realidade. Logo, uma pesquisa deve responder sempre a um problema, seja teórico ou prático. Em se tratando do referencial dialético crítico, no entanto, sempre será teórico-prático porque o caráter interventivo lhe é constitutivo, na medida em que tem a transformação do real como finalidade, o que só pode ser realizado a partir dessa unidade necessária. Logo, o conhecimento contemplativo não é suficiente para esse paradigma. Marx e Engels (1993, p. 14) já criticavam os filósofos de seu tempo, ressaltando que não basta interpretar o mundo, “o que importa é transformá-lo.” E dizem ainda os autores que “é na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno de seu pensamento (Marx e Engels, 1993, p. 12).

Não é preciso muito esforço reflexivo para aproximar essa preocupação a uma das principais características do Serviço Social, qual seja seu caráter interventivo.

O que diferencia uma pesquisa realizada a partir do senso comum, orientada pela imediatidade e pelo bom senso, de uma pesquisa científica é a profundidade com que tratamos o tema em estudo, o uso de critérios de cientificidade, a apropriação e a utilização de métodos científicos. Para tanto, é de fundamental importância o planejamento da pesquisa que se materializa ou toma forma no projeto de pesquisa (Prates, 2003). No entanto, é conveniente destacar que a elaboração do projeto de pesquisa é uma etapa do movimento de estudo, ou do ciclo de pesquisa, para usar uma expressão de Minayo (1999), na qual sistematizamos aquilo que pretendemos investigar, adensamos reflexões sobre um tema de nossa escolha ou que nos foi demandado, no qual delineamos nossas opções metodológicas, valores, procedimentos, instrumental para coletas e análises, e no qual destacamos o que pretendemos e para que pretendemos conhecê-lo.

Podemos, de modo sintético, identificar como etapas de um processo investigativo ou ciclo de pesquisa as que se seguem: escolha e delimitação do tema; avaliação quanto à viabilidade e à pertinência de se efetivar a investigação; elaboração do projeto de pesquisa; aprovação da proposta pela instituição, comitês científicos e de ética, órgãos de fomento, entre outros, dependendo do tipo e do porte do estudo; elaboração de instrumentos de coleta; acertos, contatos, agendas e providências para a efetivação da coleta; testagem de instrumentos; execução do processo de coleta; organização dos dados; representação e análise dos dados; interpretação dos dados; elaboração do relatório de pesquisa, dissertação ou tese; socialização do processo e dos resultados.

Ressaltamos aqui a última etapa, relativa à socialização dos dados. Embora muitos pesquisadores tenham essa preocupação, nem sempre ela é explicitada no projeto de pesquisa, em que pese a sua relevância. Em se

tratando do paradigma dialético crítico é fundamental a devolução dos dados, não só enquanto resultados, mas também a avaliação do processo, pois a problematização em si já se constitui em estratégia interventiva, na medida em que pode propiciar o desenvolvimento de processos sociais.

Todavia, no que se refere ao Serviço Social, especificamente, a devolução de resultados aos sujeitos pesquisados constitui-se em dever ético. Diz o *Código de Ética do Assistente Social* (no Título III, Capítulo I, Artigo 5, alínea d) que é dever do assistente social “devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses” (CRESS, 2005 p. 24).

Cabe destacar, contudo, que socializamos processos e resultados não só a partir do contato direto com os entrevistados em reuniões ou seminários, que se constituem em uma das formas de devolução, mas também por meio da publicação de nossas produções, apresentações em congressos, encontros, eventos científicos de diversas ordens. No entanto, retomemos o processo de planejamento da pesquisa, que se consubstancia no projeto.

## O processo de investigação

No caso do *paradigma dialético-crítico*, fundamentado pelo materialismo histórico, trabalha-se com a ideia, segundo Frigotto (1994, p. 73), de “(...) monismo materialista em contraposição à concepção de pluralismo e ecletismo metodológicos”. Esse método, conforme destaca o autor, caracteriza-se pela ruptura entre as análises pseudoconcretas, metafísicas de diferentes matrizes e a ciência da história ou do humano-social, epistemologicamente radical (que vai à raiz), alcançando as leis fundamentais de organização, desenvolvimento e transformação dos fatos e problemas histórico-sociais (Frigotto, 1994, p. 72).

Com perspectiva teleológica, o método dialético-crítico contempla no processo investigativo o equilíbrio entre condições subjetivas e objetivas, o movimento contraditório de constituição dos fenômenos sociais contextualizados e interconectados à luz da totalidade e a articulação entre dados quantitativos e qualitativos, forma e conteúdo, razão e sensibilidade (Prates, 2003a).

Lefebvre (1991, p. 249) destaca que “o método é a consciência da forma do movimento interno do seu conteúdo”, e, por fim, complementa o autor que “o método dialético desse modo, revelar-se-á ao mesmo tempo rigoroso e o mais fecundo” (1991, p. 241).



Marx (1993), ao tratar do trabalho alienado, no I Manuscrito fala do método de investigação, ao criticar a economia política que parte de pressupostos, sem explicá-los. Refere que as formas abstratas utilizadas para pressupor a propriedade privada não contemplam a compreensão das leis que a conformam, não demonstram (...) como elas derivam da propriedade privada. A economia política não fornece qualquer explicação sobre o fundamento da divisão do trabalho, do capital e da terra” (1993, p. 158). Ressalta ainda Marx (1993), explicitando a partir do reconhecimento de sua negação, o movimento de investigação que “a economia política nada nos diz sobre até que ponto estas condições exteriores, aparentemente acidentais, são apenas expressão de um desenvolvimento necessário (...) não compreende as interconexões desse movimento”. E, por fim, ressaltando o caráter materialista do método, diz que “nós partimos do fato econômico contemporâneo” (1993, p. 158), o que já explicitara em sua obra *A Ideologia Alemã*, quando afirmava:

Os pressupostos de que partimos não são arbitrários, nem dogmas. São pressupostos reais de que não se pode fazer abstração a não ser na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas, como as produzidas por sua própria ação. (Marx e Engels, 1993, p. 26)

Na verdade, o que mais nos encanta na teoria e no método marxiano é exatamente a profundidade da pesquisa intrinsecamente relacionada e direcionada para a realidade social e para as ações concretas com vistas à sua transformação. A superação dos estudos contemplativos por investigações compromissadas com os temas e sujeitos envolvidos no estudo.

Contudo, essa postura e posição necessitam materializar-se nos objetivos do estudo que, não raras vezes, em que pese a opção do pesquisador por esse paradigma, limita-se a conhecer, desvendar e identificar. Entendemos que estes não são objetivos suficientes. Não basta conhecer, precisamos explicitar o que queremos conhecer e para que conhecer. Queremos desvendar para dar visibilidade, para subsidiar estratégias ou políticas, para contribuir com o fortalecimento dos sujeitos, para desmistificar estigmas, enfim, desvendar para subsidiar ou instigar aprimoramentos, mudanças, transformações. Parece-nos ser esta também uma questão de método.

Retomando os aspectos que demarcam a cientificidade de um estudo, podemos considerar, tomando por base as contribuições de Demo (1995, p. 20-26) arrumado na bibliografia que os *critérios de cientificidade* dividem-se em internos e externos.

Os *critérios internos* (ou de *qualidade formal*) são: (1) *coerência* – ou seja, uma argumentação bem estruturada, lógica, clara, que se constitua em desdobramento,

com significados que se esclarecem e aprofundam. Apresentados a partir de um fio condutor lógico, ou seja, com começo, meio e fim; e que não apresente conceitos e/ou posições contraditórias para fundamentar seu argumento. (2) *consistência* – profundidade da argumentação, capacidade de resistir às contra-argumentações, atualidade no uso de fontes, diversidade, qualidade e confiabilidade de fontes e dados. (3) *originalidade* – pesquisa criativa e não repetitiva, reprodutora do já produzido, que inove e acrescente à produção do conhecimento. (4) *objetividade* – capacidade de explicitar o fenômeno, buscando a maior aproximação possível da fidedignidade, do real, exposição que não se pautar por discursos prolixos, redundantes ou deturpados (Prates, 2003a).

Os *critérios externos* (ou de *qualidade política*), segundo Demo (1995), são considerados relevantes e/ou científicos apenas por algumas orientações epistemológicas e variam conforme a orientação que fundamenta o estudo. Conforme Demo (1995, p. 21) “o critério externo propriamente dito é a intersubjetividade, significando a opinião dominante da comunidade científica em determinada época e lugar”.

São ainda considerados critérios de qualidade política a validade contextualizada, ou seja, a relatividade histórica; a explicitação dos valores que fundamentam a investigação, das opções ético-políticas, da subjetividade que influencia a produção, da intencionalidade e da finalidade.

Demo (1995) destaca ainda como critérios de qualidade política o não dogmatismo e a possibilidade de diálogo entre discursos distintos. Acrescentamos ainda a não dicotomização entre teoria e prática, a relevância para os sujeitos sociais (o estudo de problemas concretos na busca de soluções, qualificações, contribuições) e os interesses de classe. Para o positivismo, por exemplo, que separa fato de valor, muitos dos aspectos mencionados são considerados como matéria que não cabe à ciência, logo não podem constituir-se em critérios de cientificidade.

Resguardados os critérios de cientificidade e a opção epistemológica, e retomemos o projeto de pesquisa, como materialização do plano de trabalho a ser realizado durante todo o ciclo de investigação. Organizamos nossas ideias, propostas, estratégias, no plano de trabalho. Não elaboramos um plano de trabalho sem uma apreensão contextualizada do que precisamos enfrentar, ou sem um conjunto de valores que orientam nossa leitura de realidade, nosso entendimento de trabalho, de ação, e dos processos que ela envolve. Não elaboramos um plano de trabalho sem direção definida, sem finalidade clara, sob pena de nos perdermos no caminho, de não chegarmos a lugar nenhum. Do mesmo modo, a pesquisa também necessita de planejamento. Como no plano de trabalho, está permeada e fundamentada por valores. Deve ter direção definida. A própria escolha do tema, do método e das estratégias depende de



valores, interesses, apropriações e priorizações, que sem dúvida são históricas, contextualizadas e, em parte, condicionadas por esse contexto. Algumas vezes os temas nos escolhemos, mas se o seu conteúdo não tem significado para nós dificilmente nos mobilizamos (Prates, 2003a).

Por outro lado, se para realizarmos um plano de trabalho necessitamos de uma apropriação acerca da realidade sobre a qual nos dispomos a propor, no planejamento da pesquisa precisamos mergulhar no tema por nós escolhido, para sermos capazes de problematizar o real de modo mais consistente.

Deparamo-nos aqui com a primeira grande questão – a *escolha do tema*. Parece simples escolher um tema que nos mobilize, mas não é. Escolher um tema significa uma opção, uma disposição de conviver com ele por algum período, as vezes longo; significa nos aprofundarmos no seu desvendamento, nos dispormos a ressignificá-lo quantas vezes seja necessário, a desestabilizar os conceitos que formulamos sobre ele ao longo do tempo, para posteriormente retomá-lo de maneira superada (Prates, 2003a).

O tema de pesquisa precisa ser instigador, mobilizador, precisa nos apaixonar, no sentido desafiador da conquista do conhecimento, do encanto pelo processo e pela descoberta, mesmo sabendo-a provisória, para que possamos estar inteiramente comprometidos com ele e para que essa cumplicidade, que exige muitos esforços, seja prazerosa. Logo, precisamos de tempo para refletir e amadurecer a escolha de nosso tema de estudo.

A *realização do inventário inicial*, ou *revisão bibliográfica*, possibilita-nos adensar reflexões sobre o tema, problematizá-lo de modo mais consistente, identificar os aspectos que o permeiam e, a partir de então, identificar produções atualizadas que versem sobre o assunto, estudos já realizados e outras produções que ampliem nosso estoque de conhecimentos e alonguem nosso olhar.

As *fontes* para a realização desse inventário, no entanto, não se limitam a artigos científicos, livros, revistas teóricas, relatórios de pesquisa ou documentos. São igualmente fontes de consulta as expressões da arte, materializadas em músicas, poesias, vídeos, romances e prosas, que podem qualificar nossas produções pelo que expressam sobre a vida e os contextos dos sujeitos e sociedades, além de acrescentarem ao estudo maior plasticidade.

As possibilidades concretas de investigação, a identificação, a diversificação de fontes existentes e nossa real possibilidade de acesso a elas, bem como o aprofundamento de conceitos básicos, são fundamentais nessa etapa de reflexões iniciais sobre o tema em estudo, para que melhor possamos delimitá-lo.

A partir dessa apropriação mais consistente sobre a temática, vamos afiná-la, com o cuidado de não reduzi-la; vamos direcionar de maneira concreta nossa investigação, ou seja efetuar a *delimitação do tema*. Se antes era uma escolha mais ampla, nessa etapa deve assumir uma forma e um

conteúdo mais objetivo. Precisamos responder para que aspectos mais específicos desse tema amplo vamos dirigir nossa investigação. Precisamos localizá-lo, considerando aspectos temporais, geográficos, enfim, elementos que nos auxiliem a dar visibilidade às especificidades que queremos abordar na investigação. Para se delimitar um tema, portanto, é necessário um conhecimento acumulado sobre ele e uma avaliação acerca da viabilidade concreta de investigá-lo, considerando não só nosso interesse, mas também condições objetivas, econômico-estruturais e políticas para a sua realização, assim como sua relevância, pertinência e legitimidade.

Um tema que, por exemplo, pela sua complexidade e/ou amplitude com que foi delimitado pelo pesquisador, demande um tempo médio de 2 anos de investigação, torna-se inviável de ser estudado nos prazos normais de um curso de mestrado, que prevê geralmente esse prazo para o processo de formação discente, da qual a dissertação é parte. Uma investigação que exija a colaboração, no processo de coleta, de muitos investigadores, também não se presta para esse fim, sendo, portanto, mais viável de ser realizada por pesquisas institucionais. Nesses casos, além das etapas previstas no processo de estudo, é necessário contemplar o processo de capacitação de investigadores, monitoramentos sistemáticos e estratégias de avaliação.

Uma vez delimitado o tema em estudo precisamos realizar a *formulação do problema de pesquisa*. Formular o problema é sintetizar “o núcleo duro” de nossa investigação por meio de uma grande pergunta que posteriormente será desdobrada em questões norteadoras que lhe são inclusivas e que articuladas podem auxiliar a responder o problema. Conforme Marconi e Lakatos (1996, p. 24):

O problema deve ser levantado, formulado, de preferência em forma interrogativa e delimitado com indicações das variáveis que intervêm no estudo de possíveis relações entre si. É um processo contínuo de pensar reflexivo, cuja formulação requer conhecimentos prévios do assunto (materiais informativos), ao lado de uma imaginação criadora.

Ressaltam ainda as autoras que a delimitação e a formulação bem realizadas do problema de pesquisa simplifica e facilita a maneira de conduzir a investigação. As autoras complementam dizendo que a formulação do problema “(...) responde às perguntas O quê? Como?” (Marconi e Lakatos, 1996, p. 25).

A partir da formulação do problema e da identificação das dimensões que o permeiam e que são prioritárias para o seu desvendamento, devem ser formuladas as *questões norteadoras*. Podemos chamá-las também de *problematizações auxiliares*, pois compõem a formulação central. Se a formulação do problema está diretamente relacionada à hipótese que norteia o estudo, as questões norteadoras devem sintetizar o conjunto de variáveis

que identificamos como fundamentais para explicar o problema de pesquisa. Nossa opção parte de uma perspectiva que reconhece a existência de uma hipótese central, mas que ao invés de apresentá-la no intuito de buscar a sua validação ou refutação, a amplia em termos de possibilidades e processo, formulando apenas questões ao real.

Conforme destaca Minayo (1999, p. 95), o termo hipótese “possui uma conotação positivista que crê na possibilidade do conhecimento objetivo da realidade e nas provas estatístico-matemáticas como comprovadoras da objetividade”. Diz ainda a autora que, embora os estudos qualitativos incorporem o conceito de hipótese, estes o reinterpretam e problematizam superando a sua dinâmica formal comprobatória.

Moraes (1994, p. 103), avaliando as possibilidades do uso da técnica de análise de conteúdo utilizada no tratamento dos dados qualitativos destaca:

Hipóteses implicam relações causais e, conseqüentemente, em geral, quantificação. A ausência de hipóteses corresponde, geralmente, ainda que não necessariamente, a uma opção pela compreensão. Assim, a análise de conteúdo amplia sensivelmente suas possibilidades quando se supera a concepção de que ela deva estar ligada ao teste de hipóteses.

Lefebvre (1991, p. 91), ao explicitar a lógica formal, destaca sua aproximação ao senso comum para o qual “a oposição entre verdadeiro e falso aparece como fixo” e destaca que “O real, o conteúdo, apresenta inumeráveis e imprevisíveis matizes, mudanças e transações, de tal modo que só raramente ele se deixa – para seguir a expressão clássica – encerrar num dilema” (Lefebvre, 1991, p. 95).

Os resultados são considerados não apenas no que concerne à produção de determinados conhecimentos científicos, mas também, e isso é fundamental, a partir dos movimentos provocados pelo processo de investigação. A possibilidade de desencadear ações organizativas e educativas aqui é tão importante quanto a obtenção de dados que comprovem aspectos sobre determinado fenômeno social. Nesse sentido, a investigação assume uma potencialidade interventiva de suma importância, especialmente para profissões como o Serviço Social, que têm essa característica como parte de sua identidade. Dentro dessa perspectiva, as coletas coletivas têm apresentado resultados efetivos. No entanto, mesmo instrumentos como questionários ou entrevistas podem provocar reflexões que levem os sujeitos a problematizar seu modo ou sua condição de vida, relacionando-os à diversidade de aspectos que conformam a totalidade concreta (Prates, 2003a).

O questionário de 1880 realizado por Marx, que continha 100 perguntas dirigidas à classe operária francesa, para que os próprios sujeitos descrevessem as condições nas quais eram explorados, pois segundo Marx, somente eles poderiam convenientemente fazê-lo, traz implícito, conforme Lanzardo (apud Thiollent, 1987), o princípio de um método de trabalho político que se encontra na *Crítica da Economia Política*. A enquete operária conduzida por Marx, mais do que um instrumento exemplarmente elaborado de investigação social, constituiu-se em uma estratégia de conscientização e mobilização, condições necessárias, embora não suficientes, para qualquer processo de transformação social. Lanzardo (Thiollent, 1987, p. 244-245), destacando a relevância fundamental do processo destaca:

(...) o fato de a enquete praticamente não ter tido conclusão, pois as repostas que chegaram à *Revue Socialiste* foram em número de uma centena sobre os vinte e cinco mil exemplares distribuídos em toda a França, só tem afinal uma importância relativa. O essencial era que os questionários, chegando aos operários, lhes dessem novas possibilidades de conhecer a maneira pela qual a exploração capitalista funciona.

A explicitação dos *objetivos* é o próximo passo do planejamento do estudo. Os objetivos devem responder à pergunta “para quê?”. Deve-se explicitar a contribuição do estudo. Aqui, devemos apontar o que pretendemos alcançar, subsidiar, instigar, qualificar, transformar, e não descrever como vamos fazê-lo. Mencionar simplesmente conhecer as características de determinado grupo de usuários não é suficiente para compor um objetivo. Queremos conhecer para quê? Para dar visibilidade, propor algo, para subsidiar estratégias de enfrentamento? Portanto, conhecer, desvendar, identificar para, com vista a, no intuito de, caso contrário não temos um objetivo, mas um procedimento. A descrição e a argumentação quanto ao modo como será realizado o estudo devem ser explicitadas na etapa relativa à metodologia.

Vejamos alguns exemplos de formulação de objetivos.

**Exemplo 1:** Contribuir com a ampliação da consciência da equipe sobre a importância de qualificar o trabalho com famílias na instituição.

**Exemplo 2:** Subsidiar a elaboração de um plano de qualificação profissional na instituição.

**Exemplo 3:** Subsidiar a formulação de políticas sociais que contemplem os desejos e as necessidades das crianças e adolescentes em situação de rua no município (Prates, 2003a).



É também comum encontramos em projetos em fase de elaboração questões norteadoras que devem ser respondidas a partir de análises documentais. Contudo, nos instrumentais apresentados, não aparecem roteiros de análise, ou, ainda, a formulação do problema se constitui em uma questão que pode ser incluída dentro de uma das questões norteadoras, mais ampla que a questão central. O cuidado com cada etapa da elaboração do estudo é fundamental para corrigi-lo a tempo de não incorrer em um processo de coleta inadequado que seguramente trará prejuízos à efetividade do resultado final.

É necessário, portanto, após a montagem do esboço inicial de estudo, averiguar a coerência interna entre objetivos e problematizações formuladas, se a articulação das questões norteadoras apresentadas efetivamente contribui para responder ao problema de pesquisa, se os instrumentos propostos para a coleta dos dados são suficientes para dar conta do objeto pesquisado, ou seja, rever de modo invertido nossa matriz, partindo dos instrumentos e retornando ao problema de pesquisa que a originou. No instrumental, por sua vez, os detalhes e questionamentos mais finos são contemplados, seja por meio de roteiros, e dimensões norteadoras ou questões objetivas que ali devem ser pormenorizadas. Sempre reiteramos que essa atividade deve ser realizada de modo articulado e coerente com o problema de pesquisa e suas questões norteadoras e ainda contar com os objetivos que desejamos alcançar (Prates, 2003a).

O passo seguinte na elaboração do projeto de pesquisa é a definição do universo e da amostra com os quais vamos trabalhar no estudo. *Universo* é a totalidade dos elementos que vamos estudar e é representado pela letra N; a *amostra* é a parte representativa dessa totalidade.

Os tipos de amostra<sup>1</sup> utilizados em pesquisa social podem ser classificados, segundo Gil (1995) em probabilísticas e não probabilísticas. As primeiras devem ser rigorosamente fundamentadas em leis estatísticas, e as não probabilísticas devem ser baseadas em critérios definidos pelo pesquisador. Utilizada apenas uma obra de Gil, 1995/arrumado na bibliografia

As amostras mais usuais, que compõem o primeiro grupo, conforme Gil (1995, p. 93-97), são: aleatória simples (sorteio simples), sistemática (sorteio por intervalo iguais), estratificada (que contempla cortes por gênero, faixa, etária, classe, etc.), por conglomerado (representação por bairros, municípios, prédios, famílias, etc.) e por etapas (acessibilidade e tipicidade, por exemplo). Essa última, no entanto, também pode ser realizada a partir de uma escolha dirigida que contemple algum desses critérios, o que visualizaremos em um exemplo logo a seguir.

1. Para maior diversificação quanto nos tipos de amostra, ver MARCONI e LAKATOS (1996).

Apresentaremos, para fins didáticos, um esquema que articula o problema de pesquisa às questões norteadoras e aos objetivos do estudo, frequentemente mal articulados nos projetos de pesquisa no que concerne a sua coerência com a formulação do problema/ questões norteadoras (Figura 1).

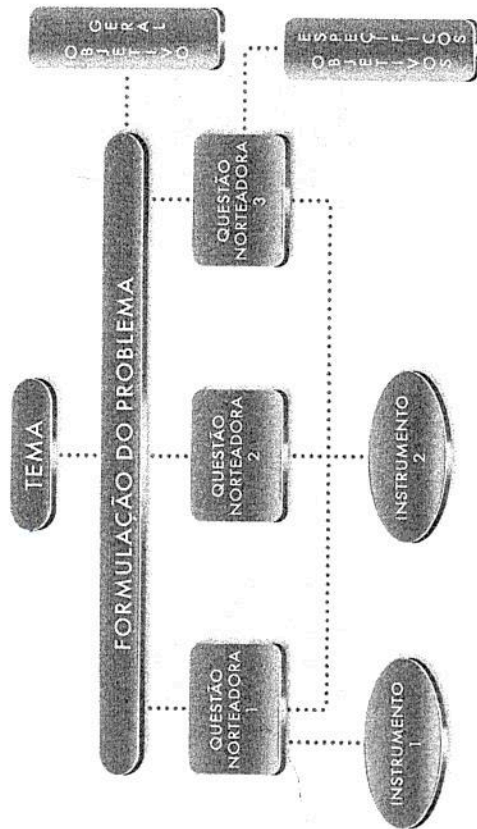


Figura 1: Esquema que articula o problema de pesquisa às questões norteadoras e aos objetivos do estudo.

Como em uma matriz, a formulação do problema, as questões norteadoras, os instrumentos de pesquisa e os objetivos devem estar intimamente conectados e apresentar coerência interna. O objetivo geral deve ser respondido pelo problema de pesquisa, enquanto os objetivos específicos devem ser respondidos pelas questões norteadoras. As questões norteadoras não podem ser mais amplas que o problema de pesquisa, do mesmo modo que os objetivos específicos não podem ser mais amplos que o objetivo geral.

Podemos responder às questões norteadoras, que articuladas respondem ao problema de pesquisa, utilizando um ou mais instrumentos. Os objetivos que nos propomos a alcançar não podem ser maiores nem menores do que os problemas levantados. Frequentemente, encontramos projetos que têm objetivos muito pretensiosos, ou seja, a investigação proposta, mesmo que levada a cabo integralmente e com sucesso, não seria suficiente para contemplá-los (Prates, 2003a).

O segundo grupo, constituído por amostras dirigidas (escolhidas pelo pesquisador), não apresenta fundamentação matemática ou estatística. Conforme Marconi e Lakatos (1996), o tipo mais comum de amostra não probabilística<sup>2</sup> é a denominada *intencional*. Nesta, dizem as autoras (Marconi e Lakatos, 1996, p. 47), o pesquisador está interessado na opinião (ação, intenção, etc.) de determinados elementos da população, nem sempre representativos da mesma, por exemplo, lideranças de uma determinada comunidade. A segunda modalidade de amostra dirigida, apontada pelas autoras é a por “*juris*”, que trabalha em profundidade, com parcelas pequenas, mas entendidas como representativas da população. A terceira modalidade apresentada por Marconi e Lakatos (1996) é a amostra por tipicidade, que toma por base segmentos específicos, por exemplo, usuários de drogas ou participantes de determinado movimento social, entre outros. Por fim, há a amostra não probabilística por quotas, que segundo as autoras é a mais utilizada entre as modalidades de amostragem dirigida e que divide a população por características e realiza a escolha a partir dessas particularidades, cortes por gênero, faixa etária, bairro de moradia, classe social, níveis de renda, etc. (Prates, 2003a).

**Exemplo 1:** Realizaremos o estudo com a totalidade de idosos abrigados no asilo Padre Caciue em maio de 2015, período da realização de nossa coleta.

**Exemplo 2:** Realizaremos o estudo com os idosos, a partir de uma amostra dirigida tipificada que contempla 20% dos abrigados, realizando cortes por gênero.

**Exemplo 3:** Realizaremos o estudo a partir de amostra aleatória simples com 30% das famílias de pacientes hospitalizados na unidade de adolescentes drogados e 10% dos familiares daqueles que obtiveram alta nos últimos 6 meses. Para a coleta junto a pacientes e técnicos, trabalharemos com o universo de profissionais que trabalham na unidade e com a totalidade dos usuários internados no segundo semestre de 2015.

Outra questão importante a ser problematizada é o número de abordagens adequadas a serem utilizadas na pesquisa qualitativa. Poucos autores tratam desse tema, apenas aportando subsídios ou indicativos para que o próprio pesquisador defina o número de abordagens a ser efetivado, como a saturação do sentido. No entanto, Gaskell (Bauer e Gaskell, 2004) destaca que há limites em termos de número de abordagens para um pesquisador realizar que resguarde a profundidade e o mínimo de elementos que garantam a saturação. Conforme o autor (Bauer e Gaskell, 2004, p. 71), independentemente

2. Alguns autores chamam as amostras desse tipo de *probabilista* e não *probabilista*, ao invés de *probabilística* e não *probabilística*.

do tamanho do universo, o número de abordagens a ser realizado em um estudo qualitativo, “(...) é algo entre 15 e 25 entrevistas individuais e ao redor de 6 a 8 discussões com grupos focais”.

Uma vez delimitado o estudo, formulados o problema e as questões que o permeiam, definidos objetivos e delimitados universo e amostra, passamos à etapa de aprofundamento da *metodologia de pesquisa*. É verdade que todo o movimento anterior até aqui explicitado, desde a revisão do tema, o inventário bibliográfico e demais etapas para formulações que orientarão o estudo constituem-se como parte da metodologia de pesquisa. Contudo, a etapa do projeto em que argumentamos de forma mais aprofundada sobre procedimentos e técnicas de investigação é a que chamamos de *metodologia*.

Além de aprofundarmos as questões relativas ao método que fundamenta nossa investigação e discorrermos sobre o tipo de pesquisa que vamos realizar, nossas opções quanto a instrumentais, definindo-os teoricamente e explicitando suas características, precisamos apresentar, da maneira mais pormenorizada possível, cada etapa do estudo, desde a elaboração dos instrumentos, roteiros, orientações, às testagens, coletas de dados e procedimentos para realizá-las até a organização, representação e análise dos dados. Por fim, devemos explicitar como o produto final será sistematizado e devolvido ou socializado (Prates, 2003a).

Podemos dizer que esta é a segunda parte mais densa do projeto. Se nas reflexões sobre o tema em estudo discorrermos ou aprofundarmos conteúdos sobre o tema que vamos investigar, explicitamos conceitos e estabelecemos as primeiras conexões que forjam nosso tema, aqui vamos aprofundar nossas reflexões sobre teoria de pesquisa, falar sobre nossas escolhas metodológicas, instrumentais, etc.

Nessa etapa, devemos responder à questão “*como vamos fazer essa pesquisa?*”. Além de uma simples (ou complexa) descrição de passos, etapas para investigar, vamos articular conteúdos relativos à teoria de pesquisa para qualificar nossa produção.

Antes de definirmos procedimentos, técnicas e instrumentos que serão utilizados para a coleta de dados, é pertinente apresentarmos as categorias fundamentais que emanam do tema sobre o qual investigamos.

Conforme Marx, categorias são “elementos estruturais de complexos relativamente totais, reais e dinâmicos, cujas inter-relações dinâmicas dão lugar a complexos cada vez mais abrangentes em sentido tanto extensivo como intensivo” (Marx, 1993). *Categorias*, portanto, podem ser definidas como elementos que, sendo partes constitutivas, auxiliam a explicar um fenômeno, uma relação e/ou um movimento da realidade; ao mesmo tempo, podem orientar processos interventivos. Convém ressaltar, no entanto, que sua interconexão com os demais elementos que conformam o fenômeno, na



anteriormente, pode se constituir em tema de estudo, mas não como categoria para analisar os dados coletados.

Tomando o segmento adolescente como exemplo e trabalhando na perspectiva de identificar condicionamentos para o uso de substâncias psicoativas, em um grupo de adolescentes usuários de drogas, poderíamos, ao analisar expressões dos sujeitos investigados, utilizar como categorias explicativas da realidade as relações interpessoais, o modo de vida, a condição de vida e a exposição a situações de vulnerabilidade. A droga em si ou a adolescência necessariamente não seriam categorias analíticas, pois todo o grupo seria constituído por sujeitos adolescentes que usam drogas, mas teorias sobre os processos de drogadição, efeitos ocasionados pelas drogas, teorias explicativas sobre a fase evolutiva da adolescência, entre outras contribuições teóricas, seguramente adensariam nossa cadeia de mediações e, conseqüentemente, ampliariam nossas possibilidades de interpretação, mas não como categorias analíticas para interpretação da expressão dos sujeitos. Já as categorias anteriores (relações interpessoais, modo e condição de vida, bem como situações de exposição a vulnerabilidades – entre as quais, o acesso à droga ou a vivência próxima do tráfico) poderiam, sem dúvida, constituir-se em categorias analíticas para identificar, a partir da expressão dos sujeitos, o maior ou o menor condicionamento desse ou daquele fenômeno na determinação do uso, sempre considerando que os problemas sociais não são monocausais, mas condicionados por múltiplas determinações.

As *categorias analíticas*, portanto, são os elementos que nos auxiliam a realizar a análise de conteúdo, o que posteriormente será adensado pelas teorias que nos dão sustentação e por nossas inferências, para que, além da análise dos dados, realizemos a sua interpretação e a explicação do fenômeno, ou para usar uma expressão de Lefebvre, mostrar a vida da realidade, no seu movimento.

Além das categorias teóricas, podemos trabalhar com *categorias empíricas*, ou seja aquelas que emanam da expressão dos sujeitos ou de documentos analisados e que devem ser adensadas teoricamente para auxiliarem no processo de análise dos dados. No projeto, essas categorias ainda não foram identificadas, mas é pertinente explicitar a intenção do pesquisador em identificá-las e analisá-las, à luz de aportes teóricos complementares, se necessário.

Outro tema bastante polêmico que merece certamente pelo menos uma menção, mesmo que seja para instigar o aprofundamento do debate daqueles que se preocupam em sistematizar a teoria de pesquisa, é a classificação dos tipos de estudo como qualitativo ou quantitativo. Os chamados *estudos quantitativos* ou *mistos* se constituem na articulação de ambos, que partem de fundamentos e características distintas. Embora os teóricos especialmente preocupados em produzir sobre pesquisa qualitativa admitam a sua complementaridade ao interconectá-los, não flexibilizam características,

perspectiva dialético-crítica, é fundamental para que possamos explicá-lo como unidade dialética, sem reduzir-lhe o sentido.

Marx, por exemplo, nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*, refere que para descobrir o conceito de propriedade privada, por meio da análise do conceito de trabalho alienado, podemos descortinar a economia política, através das categorias: “(...) comércio, concorrência, capital, dinheiro, apenas uma expressão particular e desenvolvida dos elementos fundamentais” (Marx, 1993, p. 170).

Todavia, por que crescemos ao conceito de categoria por nós formulado a orientação a processos interventivos? Por exemplo, ao refletirmos sobre as contradições observadas em um discurso de determinado sujeito, utilizamos a categoria *contradição* para analisar o real, mas ao mediarmos nossas reflexões com o sujeito, dando visibilidade a essa contradição e instigando sua reflexão acerca desse processo, estamos utilizando a mesma categoria com finalidade interventiva. Seguramente, as categorias não são tomadas de forma isolada, mas historicizadas e articuladas a outras, sejam do método ou explicativas da realidade, porque essa interconexão lhes altera o sentido original, razão pela qual a totalidade, não se resume a uma mera junção de fatos, mas se constitui em um todo articulado. A totalidade é outra categoria fundamental do método dialético. No entanto, não há totalidade que não seja histórica e contraditória.

Este é outro aspecto do método que destacamos como fundamental: sua riqueza em aportar elementos que nos auxiliam a desvendar o real e ao mesmo tempo orientar processos interventivos. A análise da realidade é necessária ao processo interventivo, porém, mais do que contribuir para o processo de análise, o método aporta elementos que nos auxiliam a intervir, exatamente porque suas categorias fundamentais emanam da realidade. E reiteramos, isso é essencial às profissões interventivas, como o Serviço Social.

Nos estudos quantitativos ou mistos orientados pelo paradigma dialético, materialista e histórico, utilizamos além das categorias teóricas do método, entre as quais a *totalidade*, a *contradição* e a *historicidade* são imprescindíveis, categorias teóricas explicativas da realidade. A referência anterior de Marx, por exemplo, aponta como categorias explicativas da realidade, relativas ao fenômeno economia política, entre outras, o comércio e o dinheiro. Caso estivéssemos estudando adolescentes usuários de substâncias psicoativas em determinada instituição, entre outras categorias explicativas da realidade, sem dúvida teríamos, adolescência, drogadição, saúde e institucionalização, embora a delimitação do tema pudesse direcionar para aspectos específicos que exigissem outras categorias. No entanto, nem todas as categorias teóricas utilizadas para adensar o tema são necessariamente analíticas. As analíticas são aquelas que são utilizadas para identificar fenômenos que auxiliam a explicar nosso problema de pesquisa, portanto, um segmento populacional, como no exemplo citado



possibilitando a constituição efetiva de uma unidade. Entendemos que a caracterização de uma pesquisa como quantitativa ou mista difere dos estudos quantitativos e dos qualitativos e não só pode como deve valer-se de características de ambos, mesmo que enfatize um ou outro, conformando-se como um outro tipo de estudo, com particularidades específicas que emanam de ambos os outros tipos, mas que os flexibilizam.

Não há dúvida de que temos ainda muito a produzir em termos de teoria sobre esse tipo de pesquisa, no entanto, podemos instigar algumas problematizações. Não admitimos, por exemplo, a utilização de percentuais para quantificar fenômenos que não foram coletados a partir de amostras estatisticamente dimensionadas, o que denota um rigor, a nosso ver, desnecessário, na medida em que a explicitação através de índices dá visibilidade ao que, a partir da frequência, identificamos nos processos de análise a partir de categorias qualitativas, e, por outro lado, aceitamos o uso de hipóteses para nortear o estudo de conteúdos qualitativos e ao mesmo tempo somos extremamente flexíveis no dimensionamento de amostras para estudos caracterizados como desse tipo, mesmo quando realizados sem que se privilegie efetivamente o aprofundamento, ou que os sujeitos de nossa pesquisa não sejam limitados por dificuldades de acesso ao dado, o que justificaria trabalharmos com números reduzidos de informantes ou documentos.

A imensa maioria dos autores que teorizam sobre pesquisa qualitativa enfatiza os instrumentos abertos ou semiestruturados, como se não fosse possível apreender conteúdos qualitativos a partir de instrumentos estruturados, privilegiando um contingente maior de pesquisados. Os instrumentos estruturados com questões abertas e fechadas, por exemplo, que trabalham conteúdos complexos, como conceitos, concepções, sentimentos, opiniões, relatos de vida e experiências, de caráter eminentemente qualitativo, podem ao mesmo tempo contemplar questões de fácil quantificação que apóiem algumas características dos pesquisados, viabilizando a identificação de outras possibilidades de inferência, como cortes por gênero, faixa etária, etnia, renda, subgrupos, etc.

Nossa experiência em estudos que entendemos serem desse tipo, ou seja, quantitativos ou mistos, na sua maioria realizados para subsidiar políticas públicas e que contemplavam contingentes populacionais mais amplos, valendo-se de instrumentos estruturados, com número significativo de questões fechadas, articuladas a blocos de questões abertas elaboradas, inclusive, a partir do uso de técnicas alternativas, como a grafia e a livre associação, gerando material qualitativo de significativa importância e alguns calculados estatisticamente para viabilizar generalizações, demonstram a viabilidade de superar essa dicotomização, na medida em que subsidiaram densas produções.

Considerando tratem-se de estudos orientados pelo materialismo

dialético e histórico, a coleta e a articulação de dados empíricos objetivos e subjetivos, como medição necessária para tentar explicar os fenômenos investigados, parece ser uma condição, na medida em que a teoria dialética postula, com base na lei dos saltos, a necessária articulação entre os aspectos quantitativos e qualitativos. Ao ressaltar a não dicotomização entre quantitativo e qualitativo, destaca Lefebvre (1991, p. 211).

Tão somente a quantidade permite que nosso mundo qualitativo tenha uma estrutura definida, sem deixar de ser qualitativo. No devir, a qualidade dura, se prolonga, se repete, conserva-se a mesma no curso de um crescimento quantitativo gradual. (...) Por conseguinte a quantidade introduz a continuidade concreta, a gradualidade. Mas introduz também a descontinuidade. O ser qualitativo considerado em sua relação com a quantidade, manifesta-se como uma unidade concreta, a unidade de vários instantes sucessivos, durante os quais a qualidade não se modifica.

No entanto, após um crescimento qualitativo relativamente calmo, em determinado momento, pelo acirramento das contradições, o devir tornar-se-á transformador abolindo “de um só golpe a unidade assim constituída, substituindo-a brutalmente por outra coisa. Assim o devir será ao mesmo tempo contínuo e descontínuo” (Lefebvre, 1991). Desse modo, Lefebvre, ao descrever a lei dialética dos saltos, não deixa dúvidas quanto à relação intrínseca entre quantitativo e qualitativo no movimento constitutivo do real. Desse modo, reiteramos que dicotomizá-los é uma forma de fragmentar a realidade, de negar a unidade.

O tipo de técnica e especialmente a escolha e a forma de elaboração do instrumento, a nosso ver, não podem ser central à caracterização do tipo de estudo, na medida em que podemos utilizar uma diversidade de alternativas de abordagem para realizar a coleta do dado. Podemos, por exemplo ter um instrumento composto na sua quase totalidade por questões fechadas e apenas uma questão aberta significativa, e daí aportar profundos conteúdos qualitativos sobre determinado tema. Classificaríamos então esse estudo como quantitativo?

Os enfoques mistos ou quantitativos passam a ser debatidos e sistematizados a partir da metade da década de 1990, mas é somente em 2003 que foi publicado por Tashakkori e Tedlie o *Handbook of Mixed Methods in the Social and Behavior Science* (Creswell, 2010, p. 243), produção que apresenta a primeira versão geral sobre essa estratégia de investigação, destacando suas particularidades e caracterizando esse tipo de pesquisa enquanto uma abordagem distinta dos estudos qualificados como quantitativos ou qualitativos (Prates, 2010). A coleta de dados nesse tipo de estudo pode ocorrer de modo sequencial



ou concomitante. O peso atribuído aos dados pode ser igual ou enfatizar um ou outro, dependendo do objeto do estudo e de sua finalidade. A combinação ou a mixagem de dados pode acontecer:

(...) entre uma primeira fase da pesquisa e a coleta de dados da segunda fase da pesquisa [ou] (...) o pesquisador pode coletar os dados quantitativos e qualitativos concomitantemente e integrar, ou então fundir os bancos de dados, transformando os temas qualitativos em contagens e comparar essas contagens com dados quantitativos descritivos. (Creswell, 2010, p. 244)

Nesse tipo de estudo, o pesquisador pode ainda não utilizar a conexão de dados entre as fases; em vez disso, pode incorporar uma forma secundária de dados dentro de um estudo mais amplo. Nesse caso, “o banco de dados secundário desempenha o papel de apoio no estudo” (Creswell, 2010).

Contudo, retomando nosso fio condutor, chegamos à definição de *procedimentos e técnicas* como nossa próxima etapa. Ao definirmos que vamos iniciar por uma *análise documental*, além de explicitarmos os tipos de fontes das quais vamos nos valer, os tipos de documentos e os critérios que vamos utilizar para selecioná-los, devemos mencionar a utilização de roteiros de análise, ou das categorias teóricas que nos auxiliarão na avaliação dos conteúdos a serem destacados das fontes para a posterior realização de inferências. Segundo Menga e André (1986, p. 38), são considerados documentos “quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano” (leis, regulamentos, pareceres, prontuários, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, arquivos, etc.). Do mesmo modo que observar é destacar de um conjunto, analisar um documento é destacar seus elementos essenciais dos secundários, mas o que é essencial é dado pelo nosso plano de estudo, para que não percamos o foco de nossa investigação, embora possamos sempre ser surpreendidos pela realidade. Logo, temos que nos dirigir aos documentos orientados pelo nosso plano de investigação. Os roteiros, tópicos ou categorias nesse sentido nos são muito úteis como guias.

Caso se opte por realizar uma *observação*, por exemplo, vamos dizer de que tipo e definir teoricamente em que consiste o tipo de observação escolhida por nós. Deve-se explicitar se será sistemática (com roteiro pré-definido) ou assistemática (livre registro), se será participante ou não participante. É importante reiterar que observar não é um simples olhar, mas, sim, destacar de um conjunto aquilo que é específico, prestando atenção em suas características; é abstrair do contexto dimensões singulares.

Ao definirmos se vamos enviar *questionários* a um determinado segmento

populacional ou aplicar *formulário*<sup>3</sup> por meio de entrevistas, devemos definir se trabalharemos com questões fechadas, abertas, ou com ambas, bem como se as *entrevistas* serão estruturadas (previamente elaboradas), semiestruturadas (com algumas questões orientadoras e a possibilidade de inclusão de novas formulações durante a realização da coleta) ou livres (quando apenas o tema é apresentado e o entrevistado fala livremente sobre o assunto sem uma condução mais direta do entrevistador). Não nos deteremos na explicitação dos procedimentos relativos à entrevista ou mesmo à elaboração do questionário ou formulário, pois há vasta contribuição disponível sobre esse tema na literatura sobre teoria de pesquisa.<sup>4</sup> Iremos nos deter mais na exposição de técnicas de coleta coletiva e alternativas que não são encontradas facilmente. Além do uso da observação, da entrevista, do questionário ou do formulário, técnicas e instrumentos comumente utilizados nas investigações sociais, especialmente as de grande porte, podemos nos valer de uma diversidade de outras técnicas para qualificar nossa investigação, entre as quais a história oral, a história de vida, as técnicas coletivas e as técnicas alternativas.

Segundo Marconi e Lakatos (1996), *história de vida* é uma técnica utilizada por profissionais de áreas humano-sociais para obter informações relativas à experiência íntima dos sujeitos, razão pela qual é também chamada de *documentos íntimos, pessoais ou humanos*.

Por meio dessa técnica busca-se captar reações espontâneas do entrevistado sobre certos acontecimentos fundamentais de sua vida. O entrevistado relata sua própria história e o entrevistador, a partir de uma série de entrevistas, busca reconstituir a vida desse indivíduo tentando evidenciar aquilo sobre o que está mais interessado. Além das fontes orais, essa técnica pode ser complementada por diários, autobiografias, cartas pessoais e outros documentos que possam revelar a personalidade e o modo de vida daqueles que o escreveram.

Chizzotti (1991) ressalta que a técnica de história de vida privilegia a coleta de dados acerca da vida pessoal de um ou vários informantes, podendo ter a forma biográfica do tipo memórias ou feitos vividos pela pessoa, ou a forma autobiográfica, valorizando sentimentos e acontecimentos ocorridos ao longo

3. É bastante comum a confusão entre o questionário e o formulário. Em termos de elaboração do instrumento seguem basicamente as mesmas regras ou orientações. O que os diferencia é que o primeiro é respondido pelo pesquisado, sem a presença do pesquisador, enquanto o segundo é preenchido pelo pesquisador a partir de entrevista direta.

4. Como sugestões tanto para procedimentos na realização de entrevistas quanto para elaboração de questionários ou formulários, verifique as obras: GIL, Antônio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1995; HAGUETTE, Teresa M. Frota. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1992; MINAYO, Maria C. de S. (org.). *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994; e *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999; MARCONI, Marina de A. e LAKATOS, Eva M. *Técnicas de Pesquisa*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1996; TRIVINOS, Augusto N. S. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação*. São Paulo: Atlas, 1995; MARTINELLI, M. L. (coord.). “O Uso de Abordagens Qualitativas na Pesquisa em Serviço Social”. In: NEPI, Caderno nº 1. São Paulo: PUCSP, 1994.

Finalmente Rojas aponta duas formas de história oral: a *história de vida* e os *depoimentos*: a primeira é uma etapa da pesquisa, não a pesquisa em sua totalidade; portanto, por uma história de vida não é lícito fazer generalizações ou concluir sobre sua totalidade. Nessa modalidade, “o pesquisador permite que o narrador decida sobre os fatos a contar, interferindo o mínimo possível, o que faz com que as entrevistas em geral sejam longas”. Na segunda (nos depoimentos), o pesquisador dirige a entrevista de acordo com seus interesses, distinguindo o essencial do supérfluo. Geralmente as entrevistas são curtas.

Como roteiro metodológico para a realização da história de vida, Rojas propõe as seguintes etapas: descrição, análise, levantamento de inferências, compreensão e explicação.

Os *processos de coleta coletiva* se constituem em estratégias para a obtenção de dados a partir da realização simultânea da coleta com muitos elementos do mesmo universo. Como vantagens apresentam a redução do período de coleta, a possibilidade de construções e reflexões grupais, e especialmente o desenvolvimento de processos sociais, pois a reflexão coletiva possibilitada por processos desse tipo viabiliza ao grupo ampliar sua leitura de realidade, realizar construções coletivas, superar limitações, capacitar-se ao longo do processo e ampliar consciência acerca de determinada realidade ou fenômeno.

Como exemplo podemos citar: entrevista coletiva, com elementos de um grupo, com alunos de um curso, com trabalhadores de um setor ou com técnicos de uma equipe. O uso do Método Metaplan, que articula reflexão e construção coletiva, realizado com o auxílio da visualização, tem sido bastante efetivo na realização de coletas coletivas, especialmente quando temos como prioridade o desenvolvimento de processos de conscientização utilizando a investigação como instrumento interventivo (Prates, 2003a).

O chamado *Método Metaplan* na verdade se constitui em uma técnica que compõe o Método Zopp de Planejamento Alemão, e consiste basicamente em uma reflexão conjunta sistematizada a partir de registro em tarjetas de cartolina que são afixadas em uma folha de papel pardo com alfinetes e passam pela avaliação coletiva do grupo. Ao final do processo, o grupo seleciona as ideias que melhor representam sua posição coletiva, complementando construções e elaborações que são deslocadas do painel inicial e afixadas na construção da síntese grupal. Além de facilitar a apreensão do posicionamento dos diversos elementos do grupo por meio do processo de visualização, a sistematização fica registrada imediatamente. O registro fotográfico dos painéis é utilizado para documentar o processo. Embora o tipo de planejamento que caracteriza o Método Zopp seja fundamentado em um referencial sistêmico, a técnica específica de coleta pode ser utilizada em outra perspectiva, pois não é a técnica mas o método, e, a partir dele, o modo como a realizamos, que dá direção ao que se pretende efetivar, embora algumas técnicas

da trajetória de vida. Além do discurso livre que privilegia percepções subjetivas e representações, o pesquisador pode se valer de documentos para fundamentar afirmações. No processo de evolução, há maior valorização da oralidade, dos testemunhos de épocas ou períodos históricos, como também superação da biografia modelar por trajetos pessoais contextualizados no âmbito de relações pessoais, com ênfase nas relações sociais.

A *história oral*, segundo Ferreira (1994), consiste em uma técnica que explora as relações entre história e memória. Enquanto a história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica, por meio de uma exposição lógica de acontecimentos, e reconstituir experiências do passado, a memória, que também é construção do passado, pauta-se em emoções e vivências, portanto, é mais flexível, na medida em que os eventos são lembrados à luz das experiências subsequentes e das necessidades do presente.

Há duas linhas de trabalho chamadas de história oral que muitas vezes se entrecruzam, e que, embora sejam distintas, não são excluídas. A primeira trabalha prioritariamente com *depoimentos* como instrumentos para preencher as lacunas deixadas pelas fontes escritas. Essa abordagem, segundo Ferreira (1994), tem se voltado para o estudo das elites, das políticas públicas e da recuperação da trajetória de grupos excluídos (com ênfase no resgate ou na reconstituição da história).

Uma segunda abordagem privilegia o campo das representações, e atribui, portanto, ênfase especial à relação história e memória, buscando discutir os usos políticos do passado. Nessa vertente, a subjetividade e as deformações ou distorções do depoimento oral não são vistas como negativas, pois se revelam como mais um recurso para a análise das representações, já que a veracidade dos depoimentos não é a preocupação central. Seu objetivo principal é compreender o imaginário político ou ser uma ferramenta para o estudo das representações de camadas populares. Segundo Rojas (1994), os relatos orais são:

o não explícito das vivências dos indivíduos que vivem em um determinado meio social. É o conjunto de vivências, emoções e experiências das pessoas que não está nos documentos e que tem um valor inestimável na transmissão, conservação e difusão dos conhecimentos.

Esses conteúdos permitem a identificação dos sujeitos em um determinado meio, contexto e período. Segundo a autora, esse procedimento objetiva pôr em palavras as emoções e as ações próprias ou alheias vivenciadas por uma pessoa, que conta suas vivências e experiências como as tem sentido, relata a sua cotidianidade na forma por ela vivenciada ou o legado de antepassados como os entendeu.



## ▪ Coleta dos dados

Essa etapa é de extrema relevância, pois será aplicado o plano de pesquisa que elaboramos. Vamos estabelecer relações, observar e escutar sujeitos, e articular suas expressões aos seus contextos, suas histórias e aos conhecimentos que acumulamos ao longo das etapas anteriores de nosso estudo. Vamos buscar apreender a vida, o movimento da realidade. A qualidade das relações e dos vínculos que conseguirmos estabelecer, a postura, o modo como nos aproximamos, a linguagem que utilizamos e o modo como nos apresentamos e dirigimos nosso olhar são elementos essenciais para o sucesso das abordagens que serão realizadas.

Minayo destaca a importância dessa etapa e a atenção que deve ser atribuída ao estabelecimento da relação inicial e a todo o desenvolvimento da interação entre os sujeitos, o investigador e o investigado. Diz a autora: “(...) as camadas da realidade não são estanques. Elas interagem e reagem dinamicamente e é nesse movimento que podem ser apreendidas” (Minayo, 1999, p. 123). Para Martinelli (1994, p. 14), os dados “(...) ganham vida com as informações outras, com os depoimentos, com as narrativas que os sujeitos nos trazem” (Martinelli, 1994, p. 14).

Conforme a autora, muito mais do que descrever objetos, a pesquisa qualitativa busca conhecer trajetórias de vida, as experiências sociais dos sujeitos, o que pressupõe disponibilidade e real interesse de parte do pesquisador em viver a experiência de pesquisa. Para tanto, privilegiamos instrumentos que superam o questionário, o formulário e que irão incidir mais na narrativa oral, na oralidade. Pois “se queremos conhecer modo de vida temos que conhecer as pessoas” (Martinelli, 1994, p. 14).

Todavia, valorizar modo de vida e a expressão dos sujeitos torna a quantificação secundária? Absolutamente, quantificar é fundamental. Se não contarmos quantos meninos e meninas habitam as ruas da cidade, como poderemos planejar, orçar, mensurar os recursos necessários para uma política de enfrentamento da problemática? No entanto, é preciso que reconhecamos que os números não são suficientes, eles precisam ser complementados por conteúdos qualitativos, expressões dos sujeitos, opiniões, sentimentos, sugestões, desejos e expectativas. Para se propor uma política de enfrentamento, precisamos mensurar, mas também conhecer condições e modos de vida (Prates, 2003b).

É exatamente na etapa do campo que vamos ter o contato direto com as expressões das condições e do modo de vida dos sujeitos, seja por meio da observação de sua atividade concreta ou de suas representações sobre ela.

possam favorecer a livre expressão, a reflexão e a construção coletiva.

Outra estratégia de coleta e intervenção que podemos considerar como alternativa é a técnica de *semiário* utilizada na pesquisa-ação, que se conforma a partir da reunião de um conjunto de elementos representativos da população pesquisada e técnicos que, de maneira integrada, planejam, decidem, criam, aplicam, analisam e propõem sobre todo o processo de estudo.

Entre as estratégias alternativas<sup>5</sup> de coleta, há as *técnicas de dramatização e grafia*. O *Teatro Experimental*, por exemplo, trabalha a partir da criação de personagens e cenas do cotidiano que são registrados e analisados. É possível congelar cenas e pedir a explicitação dos participantes, ou, após a encenação, discutir sobre cenas e personagens, buscando sentidos, significados, explicitações e reflexões coletivas (Prates, 2003a).

O *Grafodrama*, que articula o desenho e a dramatização, trabalha a partir da criação de desenhos representativos aos quais se dá vida aos personagens. Do mesmo modo que o teatro experimental, o desenho é o elemento provocador da expressão do pesquisado, a partir do qual buscar-se-ão significados, vivências, sentimentos que serão descritos a partir da vida atribuída aos personagens. O *registro gráfico* ou *desenho* também é bastante efetivo para registrar a representação de espaços para identificação de instituições mais significativas em uma comunidade, de maneira a aprender por meio da grafia a imagem ou organização de determinados espaços (Prates, 2003a).

Em uma experiência com o uso de grafodrama para identificar a percepção do presente e a perspectiva de futuro junto a jovens adultos moradores de rua e portadores de HIV, uma mestrandia (Ouriques, 2006) identificou que no presente foi significativo no desenho dos jovens representarem-se graficamente utilizando drogas. O grupo teve dificuldades em representar a expectativa de futuro, provavelmente não só em função da doença letal, mas porque o imediatismo da necessidade de sobreviver na rua faz com que o pensamento fixe unicamente no presente. Uma jovem desenhou-se no futuro dentro de um caixão, outro participante, mais otimista, desenhou-se gordo e sem as drogas. O desenho foi utilizado como elemento desencadeador a partir do qual os pesquisados faziam relatos e interpretações.

Uma vez escolhidos os instrumentos, realizados os processos de testagem e as demais providências para iniciar a pesquisa de campo, incluindo a apreciação dos comitês éticos que felizmente têm avaliado na maioria das instituições os procedimentos que envolvem a interação com sujeitos, podemos iniciar a coleta de dados.

5. Sobre técnicas alternativas ver PRATES, Jane. *Possibilidades de Mediação entre a Teoria Marxista e o Trabalho do Assistente Social*. Tese de Doutorado, Porto Alegre: PUCRS, 2003; e PRATES, Jane, REIS, C.N. e ABREU, Paulo. *Metodologia de Pesquisa para População de Rua: Alternativas de Enfrentamento pelo Poder Local*. Revista Serviço Social e Sociedade n. 60, SP, Cortez, 2001



Uma diversidade de autores<sup>6</sup> que se dedicaram a produções sobre pesquisa qualitativa ressaltam os cuidados, os procedimentos e as atitudes que devem ser observadas durante o processo de coleta. Destacamos aqui alguns dos aspectos importantes a serem contemplados durante o processo de abordagem:

- No início do diálogo, ter a preocupação de estabelecer a interação, de criar um ambiente de confiança.
- O entrevistador deve substituir a expressão e a posição física de aproximação/superação de sentimentos, repulsa, medo, insegurança e preconceito por uma expressão de acolhimento e interesse.
- O entrevistador deve apresentar-se e explicitar os objetivos, a importância do estudo, bem como a relevância da colaboração do entrevistado.

O respeito pelo direito do entrevistado de negar-se a responder deve ser sempre observado, bem como o cuidado com a utilização da linguagem, que deve ser simples, clara e objetiva para estabelecer uma comunicação efetiva.

Uma postura compreensiva, aberta à exposição do sujeito, que busca direcionar o diálogo para os temas centrais orientados pelo formulário ou pelo roteiro norteador, que contém as questões que se deseja conhecer, sem, no entanto, limitar ou restringir a expressão do entrevistado, é fundamental. É pertinente também uma postura atenta a significados atribuídos e devem ser estimulados a explicitação e o registro de forma descritiva (deve-se ter cuidado com respostas evasivas, uso de expressões peculiares sobre as quais não se conhece o sentido).

É preciso que o pesquisador não se contente com as primeiras expressões. Ele deve investigar processualmente as questões mais significativas, buscando o aprofundamento, por sucessivas aproximações.

O registro das informações deve ser tratado com cuidado e atenção: As respostas precisam ser anotadas no momento da entrevista, caso não seja gravada, com as mesmas palavras que o entrevistado usar, evitando-se resumos para maior fidelidade e veracidade das informações. Por outro lado, o uso do gravador não suprime a necessidade de o pesquisador efetivar seus registros, observações, impressões e sentimentos.

6. Para aprofundamento sobre o processo de abordagem na pesquisa qualitativa, sugerimos a leitura de: MINAYO, Maria C. de S. (org.). *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994; MINAYO, Maria C. de S. *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999; MARCONI, Marina de A. e LAKATOS, Eva M. *Técnicas de Pesquisa*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1996; TRIVINOS, Augusto N. S. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação*. São Paulo: Atlas, 1995; MARTINELLI M. L. (coord.). "O Uso de Abordagens Qualitativas na Pesquisa em Serviço Social". In: NEPI, Caderno nº 1. São Paulo: PUCSP, 1994; ENGELS, Maria E. *Paradigmas e Metodologias de Pesquisa em Educação*. Porto Alegre: EDIPUC, 1994.

É importante manter o entrevistado atento em relação a erros, devendo-se conferir as respostas sempre que possível, o que não significa corrigir as respostas aportando conteúdos novos, mas, sim, esclarecê-las. Outro aspecto que deve ser ressaltado é a preparação do entrevistador para manejar situações difíceis, como sedução e agressividade, explicitando novamente os objetivos do estudo, procurando tranquilizar o entrevistado ou até mesmo interrompendo a entrevista, se necessário. Por fim, o entrevistador deve ter a clareza de que a entrevista não tem por objetivo prestar atendimento ou realizar encaminhamentos, podendo, no entanto, constituir-se em espaço para veicular informações sobre serviços ou esclarecimentos e até mesmo provocar processos de reflexão. O término da entrevista deve realizar-se como iniciou, em ambiente de cordialidade.

Segundo Marconi e Lakatos (1996), os requisitos importantes que devem ser observados nas respostas são: validade, relevância, especificidade e clareza, cobertura de área, profundidade e extensão.

Uma vez coletados os dados, passa-se à etapa de *organização*, momento em que os dados serão agrupados, registrados em planilhas, transcritos e sistematizados em grades de análise, e somados (dados quantitativos). As frequências absoluta e relativa são dimensionadas. Após a organização dos dados coletados, passamos a definir os modos de *representação*. No caso dos dados quantitativos, podemos utilizar tabelas, gráficos, quadros e semitabelas. Alguns dados qualitativos, trabalhados a partir de análise frequencial, também podem ser representados graficamente.

A etapa seguinte é a *análise*. No que concerne aos dados quantitativos, é comum verificarmos apenas a sua representação gráfica e uma descrição que apenas repete o que está representado graficamente, o que na verdade é um empobrecimento do processo de análise. Os dados precisam ser interpretados e não simplesmente expostos. Podemos analisar qualitativamente os dados quantitativos a partir da mediação de conteúdos teóricos que ampliam a leitura do seu significado em alguns estudos, inclusive subsidiando aspectos que podem ser aprofundados a partir de estudos qualitativos complementares.

É necessário para essa etapa mergulhar nos dados, retomar a revisão bibliográfica, complementá-la se novas dimensões foram desvendadas por meio da abordagem, para somente depois estabelecer conexões, desvendar contradições, buscar na exposição que analisa e explica o fenômeno estudado, realizar uma síntese. Por fim, realizamos a exposição, contamos todo o processo e apresentamos os resultados em relatório.

Para Marx (1989), o *método de exposição* significa mais do que uma apresentação, trata-se de um método de explicitação, de desenvolvimento. Deve ter um início necessário que contém em embrião a estrutura da obra.



Diferentemente do desenvolvimento evolucionista, é desdobramento, manifestação e complicação das antíteses. Orientada por um fio condutor lógico e utilizando a história como contraprova, a exposição dialética interpreta o movimento da realidade (Prates, 2003b).

Contudo, retomemos o movimento de análise. A principal técnica utilizada para análise documental e qualitativa é a *análise de conteúdo*.

A análise de conteúdo consiste basicamente em um conjunto de estratégias que objetivam facilitar o processo de interpretação da comunicação. A partir desse procedimento de pesquisa, conforme Marconi e Lakatos (1996), o conteúdo das comunicações é analisado por meio de categorias previamente determinadas que levam a resultados quantitativos, possibilitando a testagem de hipóteses sobre o conteúdo de publicações, alterações culturais, mudanças de atitudes, propagandas, etc. Volta-se para os produtos da ação humana, explicitados por meio das ideias e não das palavras em si.

Berelson referindo-se aos objetivos do uso dessa técnica ressalta: a verificação de características do conteúdo, a análise dos motivos do conteúdo e, por fim, os efeitos do conteúdo (Berelson *apud* Markoni e Lakatos, 1996).

No entanto, alguns teóricos problematizam a rigidez do método implícita na definição de Berelson e apontam sua superação por uma análise chamada *análise de dimensão ampliada e inter-relacional*, a partir da qual há uma articulação entre dados quantitativos e qualitativos, além de contemplar a análise das circunstâncias e do contexto nos quais o conteúdo foi produzido (Setubal *apud* Martinelli, 1994).

A análise de conteúdo abarca dois tipos de comunicação: a instrumental e a representacional. Na primeira a ênfase central é atribuída ao contexto e às circunstâncias em que a mensagem foi produzida. Na segunda a centralidade está no uso das palavras (Bardin, 1977). Para Setubal (*apud* Martinelli, 1994), é importante articular os dois tipos de comunicação para efetivar uma interpretação que contemple a complexidade do fenômeno. Segundo a autora:

(...) a análise de conteúdo entendida como técnica de compreensão, interpretação e explicação das formas de comunicação (escrita, oral ou icônica) tem como objetivos: ultrapassar as evidências imediatas, a medida que busca a certeza da fidedignidade das mensagens socializadas e a validade de sua generalidade; aprofundar, por meio de leituras sistêmicas e sistematizadas, a percepção, a pertinência e a estrutura das mensagens. (Setubal *apud* Martinelli, 1994)

As diferentes fases da análise de conteúdo organizam-se em torno de cinco etapas, a saber: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados, inferência e interpretação (Bardin, 1977).

A *pré-análise* consiste basicamente na realização da *leitura flutuante* (deixar-se invadir pelas impressões e orientações do texto), na organização e preparação do material a ser analisado, na escolha dos documentos, na formulação de hipóteses, dos objetivos e de indicadores que fundamentam a interpretação final. Para a escolha dos documentos que constituirão o *corpus* para análise, ressalta Bardin (1977) que existem algumas regras, entre as quais destaca as que considera principais: exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência.

A preparação do material consiste nos procedimentos a serem realizados com o *corpus* que possibilitem a realização da análise, como recorte de reportagens, transcrição de fitas, fichamentos, etc., que posteriormente, na etapa chamada por Bardin de “exploração do material”, serão codificados e enumerados de acordo com regras previamente formuladas pelo pesquisador.

A *descrição analítica* tem início já na pré-análise, mas nessa etapa o *corpus* é submetido a um estudo aprofundado orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos. Segundo Triviños (1987), 1995 os procedimentos de codificação, classificação e categorização são básicos nessa instância do estudo. Daí surgirão os quadros de referência que servirão de base para a realização das inferências.

Por fim, a fase de *interpretação inferencial* se constitui na análise, na interpretação e na explicação dos conteúdos manifestos e latentes, realizadas a partir da mediação entre o conteúdo descrito e a teoria que orienta o pesquisador para a realização das inferências.

Apresentamos a seguir um roteiro básico para realização da análise documental:<sup>7</sup>

1. Selecionar as fontes: A partir de critérios compostos de acordo com os limites e as possibilidades das fontes, mas estabelecidos antes do processo de coleta e claramente explicitados para o pesquisador, de acordo com o projeto/objeto de estudo.
2. Reconstruir os fatos: principais elementos que permitam avaliar o material em estudo (os documentos) a partir de uma visão de totalidade (história, contexto, elementos e fatores externos).
3. Elencar as dimensões ou cortes que interessam aprofundar/ buscar no documento de acordo com o objeto de estudo.
4. Identificar as categorias teóricas que irão orientar a análise: conceitualizá-las e delimitá-las a partir de critérios referenciais teóricos.

7. Roteiro elaborado por Jane Cruz Prates, como material didático para a realização de oficina para formação de pesquisadores do Núcleo de Estudos sobre Populações de Rua – NESPRua, 2001.



5. Organizar dados quantitativos em mapas e representá-los, calculando frequência absoluta e relativa e representando-os por meio de gráficos, quadros ou tabelas.

6. Fazer a leitura fluante e identificar categorias empíricas (para dados qualitativos).

7. Realizar a definição teórica das categorias empíricas (complementando as teóricas, caso não sejam iguais).

8. Realizar a análise frequencial.

9. Realizar a análise por quantas dimensões haja previsão metodológica no estudo e disponibilidade de material: análise histórica, identificação de figuras de retórica, análise de enunciação (condições em que o discurso acontece – complementado por registros do diário de campo, observações, filmagens, fotos, etc.), análise da expressão (sentimentos, maneirismos, lapsos, silêncios, manifestações físicas, entre outros).

10. Ilustrar com estratos de falas, expressões e pequenas sínteses de situações singulares.

11. Estabelecer relação dos cortes com o contexto global a partir de pequenas totalizações (sínteses parciais), buscando as contradições internas e as conexões.

Para finalizar as reflexões sobre metodologia de pesquisa, é pertinente fazer breves referências à pesquisa participante e, em especial, à pesquisa-ação. Partindo da definição de Thiollent (1992, p. 14), *pesquisa-ação*:

(...) é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Para o autor, uma das especificidades desse tipo de pesquisa é a articulação entre o que chama de “objetivo prático” e “objetivo de conhecimento”.

O objetivo prático consiste na possibilidade de a pesquisa contribuir para melhor equacionamento do problema e o levantamento de propostas de ação para auxiliar os atores na sua atividade transformadora da situação. O objetivo de conhecimento, conforme Thiollent (1992 p. 23): “é obter informações de difícil acesso por meio de outros procedimentos, aumentando nosso conhecimento de determinadas situações”. Segundo o autor, três

aspectos podem constituir-se como objetivos da pesquisa-ação: resolução de problemas, tomada de consciência ou produção de conhecimento.

Thiollent (1992) divide as etapas para operacionalização do processo em fase exploratória e colocação dos problemas. Na primeira, é realizado o levantamento sobre a instituição ou comunidade, bem como a identificação dos problemas prioritários e eventuais ações. Na segunda, são realizadas a análise e a delimitação da situação inicial, a delimitação da situação final, em função de critérios de desejabilidade e de factibilidade, a identificação de todos os problemas a serem resolvidos para a passagem de a para b, o planejamento das ações correspondentes e, por fim, a execução e a avaliação das ações (Thiollent, 1992).

A principal técnica a ser utilizada é o *seminário*, mencionado anteriormente quando tratamos das técnicas alternativas, que reúne os membros da equipe técnica e os principais membros dos grupos implicados na investigação/ação. O seminário tem como principais atribuições: examinar, discutir e tomar decisões sobre o processo de investigação; centralizar as informações coletadas; discutir as interpretações, a definição de diretrizes de ação, o acompanhamento e a avaliação; e socializar o conhecimento por meio da divulgação de resultados (Thiollent, 1992).

Contudo, o aspecto fundamental a ser ressaltado no processo de pesquisa-ação é seu caráter pedagógico. Conforme Thiollent: “as ações investigadas envolvem produção e circulação de informações, elucidação e tomada de decisões, e outros aspectos supondo uma capacidade de aprendizagem dos participantes”.

Apesar de profundamente crítica, a pesquisa-ação, uma vez trabalhada a partir de um planejamento criterioso, sem dúvida consiste em importante instrumento interventivo, na medida em que tem o processo como preocupação central e, pautada por práticas pedagógicas e organizativas, pode contribuir sobremaneira para o desenvolvimento de processos sociais emancipatórios (Prates, 1995).

## A guisa de uma breve conclusão

Buscou-se ao longo deste capítulo apresentar as etapas de um ciclo investigativo no intuito de contribuir com subsídios para auxiliar investigadores a organizar o planejamento de suas pesquisas. As etapas apresentadas não são estanques ou lineares, assim foram elencadas em razão da finalidade didática



## Bibliografia

- ABEPSS. "Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional". *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 50. São Paulo: Cortez, 1996.
- BARDIN, Laurence. *L'analyse de Contenu*. France: Presses Universitaires, 1977.
- BAUER, Martin; GASKELL, George. *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortez, 1991
- GRESS 10ª REGIÃO. *Coletânea de Leis*, 2005.
- GRESSWELL, John W. *O Projeto de Pesquisa*. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DEMO, Pedro. *Introdução à Metodologia da Ciência*. 2 ed São Paulo: Atlas, 1995
- FERREIRA, Marieta de M. et al. *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, 1994.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. "O Enfoque da Dialética Materialista Histórica na Pesquisa Educacional". In: FAZENDA, Ivani. *Metodologia da Pesquisa Educacional*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- HAGUETTE, Teresa M. Frota. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. RJ, Paz e Terra, 1995
- LEFEBVRE, Henri. *Lógica Formal/Lógica Dialética*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

explicitada. Os estudos que não se restringem à quantificação do real ou, de outro lado, que embora privilegiem a expressão dos sujeitos não os cerquem a partir de uma análise que contemple seus múltiplos determinantes, à luz da totalidade, não conseguem desocultar o real e sobre ele propor estratégias transformadoras. O fortalecimento de processos sociais emancipatórios pressupõe sem dúvida o desocultamento do real, a explicitação de suas contradições inclusivas, de modo historicizado. Desse modo, a pesquisa rigorosa é fundamental para subsidiar esses processos.

Os aspectos éticos em uma investigação pautada no materialismo dialético e histórico não podem se restringir à utilização do termo de consentimento livre e esclarecido. Eles precisam ser transversais a toda investigação, incluem acesso à informação, preocupação com o processo, respeito com o conjunto de participantes e retorno de resultados. É preciso se questionar por que, para que e para quem investigamos?

A dialética é o pensamento crítico que se propõe a superar a pseudoconcretidade para alcançar a concretidade. Trata-se de um processo, conforme afirma Kosik (1995, p.16), "(...) no curso do qual sob o mundo da aparência se desvenda o mundo real; por trás da aparência externa (...) a lei do fenômeno, por trás do movimento visível, o movimento real, interno; por trás do fenômeno a essência".

O método de análise utilizado por Marx parte do real. Sua premissa são os indivíduos concretos, suas atividades e condições materiais, tanto as que já existiam como as que são fruto do seu próprio trabalho. Não são pressupostos arbitrários, nem dogmas, conforme esclarecem Marx e Engels (1993, pp. 26-27), mas, sim, pressupostos "verificáveis por via puramente empírica". Diz Marx (1989, p. 16):

A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho, é que se pode descrever, adequadamente o movimento real.

O uso de técnicas alternativas que mediam a arte, as interações e os debates contribuem para que a pesquisa instigue a sensibilização e as reflexões dos sujeitos, mas, na verdade, embora algumas técnicas potencializem processos, o que lhes dá direção é o método utilizado.

- MARCONI, Marina de A; LAKATOS, Eva M. *Técnicas de Pesquisa*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- MARTINELLI M. L. (coord.). "O uso de Abordagens Qualitativas na Pesquisa em Serviço Social". *NEPI*, Caderno nº 1. São Paulo: PUCSP, 1994.
- MARX, K. *O Capital*. 13ª ed. Livro I, Vol. I. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- MARX, K. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1993.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MENGA, Ludke; ANDRÉ, Marli. *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. SP, EPU, 2008
- MINAYO, Maria C. de S. (org.). *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- \_\_\_\_\_. *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MORAES, Roque. "Análise de Conteúdo: Possibilidades e Limites. In: ENGREGS, Maria Emilia Amaral. *Paradigmas e Metodologias de Pesquisa em Educação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.
- OURIQUES, Ciberen. *Do menino ao jovem adulto de rua portador de HIV/AIDS: um estudo acerca de sua condição e modo de vida*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, PUCRS, 2006
- PRATES, Jane Cruz. "O Planejamento da Pesquisa". *Revista Temporalis*, nº 7. Porto Alegre: ABEPSS, 2003a.
- \_\_\_\_\_. *Possibilidades de Mediação entre a Teoria Marxiana e o Trabalho do Assistente Social*. Tese de Doutorado. Porto Alegre; PUCRS, 2003b.
- \_\_\_\_\_. *Gestão Estratégica de Instituições Sociais: O Método Marxiano como Mediação do Projeto Político*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 1995.
- \_\_\_\_\_. "A Avaliação de Políticas Sociais e o Enfoque Misto na Pesquisa. *Anais do ENPESS*. Rio de Janeiro: ENPESS, 2010.

ROJAS, Juana. "O Indizível e o Dizível na História Oral. In: MARTINELLI (coord.). *O Uso de Abordagens Qualitativas na Pesquisa em Serviço Social*. NEP 1, 2ª ed. São Paulo: PUCSP, 1994.

THIOLENT, Michel. *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária*. 4ª ed. São Paulo: Polis, 1987

\_\_\_\_\_. *Metodologia da Pesquisa-ação*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1992.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação*. 3 ed São Paulo: Atlas, 1995.